

As histórias literárias e os primeiros esforços por síntese no Brasil oitocentista. Ensaio de história da historiografia.

Piero Detoni¹

Graduando em História/UFOP

pierodetoni@hotmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva investigar os principais traços da historiografia literária produzida no Brasil oitocentista. No desenvolvimento deste trabalho verificar-se-á que narrar a história da literatura tornou-se componente fundamental no processo de temporalização da experiência nacional, pois dotava a prática literária de um caráter eminentemente histórico. No limite, observa-se certa primazia da literatura enquanto documento autorizado para a representação da nascente nação, agora independente de Portugal. Dessa maneira, constatamos que através das histórias literárias realizaram-se as primeiras tentativas de síntese da formação histórica brasileira, ou seja, coube a historiografia literária desvendar qual o sentido da trajetória do Brasil no tempo. Para além destas questões, propõe-se, em um primeiro momento, uma rápida discussão sobre as possibilidades investigativas oferecidas pela história da historiografia.

Palavras-chave: história da historiografia, historiografia literária, literatura

Abstract: This study is aimed at investigating the main features of literary historiography produced in Brazil during the eighteenth century. This article makes it possible to perceive that narrating the history of literature has become a key component in the process of temporalizing the national experience, as it endows the literary practice with an eminent historical character. In the limit, there is some precedence of literature as an authorized document to representing the nascent nation, then already independent of Portugal. Thus, we notice that the first attempts for a synthesis of the historical formation of Brazil were held through literary histories, that is, literary historiography allowed to understanding the directions of Brazil's trajectory through time. Beyond these issues, it is proposed, at first, a brief discussion of the possibilities of investigation offered by the history of historiography.

Keywords: history of historiography, literary historiography, literature

A escrita da história em questão

A história da historiografia é um campo de estudos cada vez mais acessado dentro dos domínios do saber histórico. Há, entretanto, uma grande polissemia de significados conferidos aos estudos historiográficos. De acordo com Horst Walter Blanke é possível vislumbrar, no mínimo, oito modalidades distintas, a saber: história dos historiadores, história das obras, balanço geral, história dos métodos, história das idéias históricas, história dos problemas, história das funções do pensamento histórico, história social dos historiadores e história da historiografia teoricamente orientada.² Não entraremos no mérito a respeito das referidas abordagens e da bibliografia produzida, pois o intuito é simplesmente evidenciar os múltiplos modos de como a história, enquanto disciplina, tem repensado a historicidade de suas próprias práticas. A história da historiografia, segundo nossa perspectiva, encontra nos textos históricos suas fontes, objetos e problemas. Não há interesse em deslegitimar as demais formas de se compreender a história da história, no entanto é de suma importância o apontamento dos eixos que norteiam nossos pressupostos analíticos.

Assim sendo, procuramos enfatizar a dimensão complementar entre a produção de um discurso, no caso um discurso sobre a história, e as suas

múltiplas relações com a História enquanto extensão do devir. A clássica afirmação do filósofo francês Paul Ricouer de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” nos parece extremamente pertinente e nos possibilita dimensionar um novo enfoque para o texto histórico.³ A questão levantada por Ricouer evidencia o caráter indissociável entre experiência e linguagem, podendo a última, dessa forma, apresentar-se enquanto objeto privilegiado para um inquérito de teor histórico. Dessa maneira, o texto de história ganha grande legitimidade para ser explorado porquanto traz consigo além dos procedimentos teóricos e metodológicos caros ao ofício do historiador, vestígios tangíveis de experiências sociais que compõe o mundo da vida. Como afirma Jörn Rüsen, “o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas”.⁴ Acompanhando a reflexão de Rüsen, percebemos como a escrita da história é vital para os homens se orientarem no tempo. Pela historiografia os seres humanos procuram entender a intrincada relação entre memória, tempo e morte.⁵ Assim, “os textos de história deixam de ser meros pretextos para se constituírem em

¹Este artigo integra o projeto de iniciação científica Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940 e contou com o apoio da FAPEMIG. Orientação: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Agradeço as leituras atenciosas feitas por Eduardo Wright Cardoso e Fabiana de Oliveira Bernardo.

²BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

³RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 15.

⁴RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Trad. de Estevão Rezende. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 31.

⁵RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alan François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

núcleo central da investigação historiográfica”.⁶

Diante do exposto, destacamos a advertência de Rüsen acerca dos diálogos entre estruturas discursivas, mais especificamente a escrita da história, e a dinâmica da experiência temporal:

com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma de historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta. Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognoscitivos da vida prática, a ciência histórica – com os resultados de seus trabalhos cognoscitivos expressos historiograficamente – assume funções e orientação existencial (...).⁷

Partindo do diagnóstico oferecido por Rüsen verificamos que uma história da historiografia torna-se um empreendimento absolutamente plausível, pois através dela compreendemos a historicidade de nossa disciplina e constatamos, ainda, como a escrita da história apresenta-se enquanto uma forma destacada para trazer respostas as carências de orientação que distintas sociedades sofrem invariavelmente. Segundo o autor,

novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob pena de tornar-se anacrônico, tem de mudar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. Ele tem de ajustar-se a critérios de sentido novos, que levam a novas representações do que há de especificamente histórico na experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de que resultam, por sua vez, novas formas de apresentação, que estariam assim, em condição de exercer as funções requeridas pelos novos interesses.⁸

Assim, entendemos que os procedimentos de pesquisa e a configuração da intriga narrativa sofrem alterações de acordo com as múltiplas demandas de ordem social. Rastrear essas alterações na maneira como a história era apreendida significa, conseqüentemente, investigar as mudanças na ordem do tempo, ou seja, na forma como os homens prefiguravam o mundo à sua volta. Cumpre a uma história da historiografia, em nossa concepção, resgatar esses discursos sobre o passado, demonstrando os diferentes usos desse tanto em uma perspectiva sincrônica, quanto diacrônica. Não basta deixar em relevo as transformações ocorridas no interior do conhecimento histórico, mas é imprescindível, ainda, compreender sob quais aspectos e em quais contextos discursivos houve disputas pela forma adequada de se estruturar esse saber. Dessa forma, concordamos

com a seguinte assertiva de Manoel Luiz Salgado Guimarães, para quem “a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança”.⁹

A colocação efetuada por Guimarães nos permite inquirir os distintos modos de interpretação do passado e os recursos operacionais manipulados pelos historiadores em seu ofício; mas, para além dessa dupla função, a história da historiografia pode ser uma grande aliada na visualização da constituição de memórias disciplinares. Em última instância, as modalidades de acesso ao passado, fornecidas pelo saber histórico, são capazes de criar memórias que resultam em verdadeiros cânones de autores, de obras e de abordagens. A quebra desses cânones é de fundamental importância para que não transformemos em uma evidência inviolável o momento de emergência de determinados discursos sobre o passado. Aqui a utilização da categoria empregada por Roger Chartier “lutas de representação”¹⁰ parece um enviesamento proveitoso para que a dinâmica dos debates intelectuais possa ser enfocada em sua total complexidade. No cerne dessas “lutas de representação” o que está em jogo é justamente a tentativa de “silenciar” a abordagem alheia, entretanto a derrota de uma perspectiva pode acarretar o seu “desaparecimento” no interior de uma memória disciplinar que se constitui paulatinamente. Novamente Guimarães é esclarecedor quanto ao assunto, pois para o acurado estudioso a

[história da] historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo.¹¹

Essa reflexão sobre os procedimentos estruturantes do conhecimento histórico já está em pauta há um bom tempo, desde pelo menos meados da década de 1980, quando Pierre Nora na introdução da grande obra coletiva *Os lugares de memória* anunciava, para o contexto intelectual francês, a emergência de uma “consciência historiográfica”. Para Nora, ocorre uma “coisa fundamental quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se empenha em emboscar em si

⁶GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 32.

⁷RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica, p. 31.

⁸RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica, p. 37.

⁹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 70.

¹⁰CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

¹¹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido, p. 32.

mesma o que é ela própria, descobrindo como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela”.¹² Ou seja, realizar uma história da historiografia significaria perceber a escrita como um possível lugar de memória. Nora conclui que no interior da tradição historiográfica francesa os domínios de Clio foram afetados diretamente pelas artimanhas de Mnmosine. E prossegue o historiador francês: “o arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado [no caso o século XIX] só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira”.¹³ Grosso modo, a cultura histórica francesa (desde pelo menos a primeira metade do século XIX) havia se estabelecido sob os alicerces de uma tripla simbiose: história, memória e nação. Nas palavras de Pierre Nora: “É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado”.¹⁴

Antoine Prost, de modo certo, diferencia a história da memória: “a história não consiste em cultivar a lembrança de um passado carregado de ressentimentos ou de identidades que se separam irremediavelmente; ela se esforça para compreender o que se passou, e por que aquilo se passou”.¹⁵ A partir do argumento de Prost, voltamos para a história da historiografia enquanto um campo de estudos capaz de verificar o estabelecimento dessas memórias disciplinares que podem, enfim, ser desnaturalizadas. Retornando a Nora, a história entraria em uma “era epistemológica”.

Não nos aprofundaremos em uma discussão que procure verificar se tal reflexão epistemológica foi levada a cabo prontamente como sugeria Nora, mas podemos afirmar que gradativamente os estudos historiográficos, sob as mais distintas roupagens, passaram a ser mais frequentados. Talvez François Hartog esteja correto ao afirmar que essa “tendência do presente a historiar-se” seja um sintoma de um novo *regime de historicidade*. Para Hartog, um regime de historicidade é uma

formulação sábia da experiência do tempo. Um regime de historicidade abre e circunscribe um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a experiência do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra.¹⁶

De acordo com Hartog, estaríamos na contemporaneidade vivenciando um novo *regime de historicidade*, o regime do *presentismo*. Deste modo, a

história magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. O presentismo implica que o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente (itálico do autor).¹⁷

Hartog enumera uma série de exemplos dessa nova relação do homem com o tempo (amparada pela perspectiva do presente), mas, para tanto, cabe ressaltar que a história da historiografia seria um desses sintomas mais evidentes. Referindo-se aos artigos que compõe a coletânea *Os Lugares de memória*, Hartog sugere que eles “testemunham, com efeito, em razão da permanente preocupação historiográfica que os atravessa, esta tendência do presente a historiar-se. Não se trata aqui de egocentrismo, mas de explicitação dos pressupostos do historiador”.¹⁸

Caso Hartog realmente esteja certo, não há grandes motivos para preocupação quando se constata que esse presentismo pode acarretar um pessimismo quanto ao futuro. Aliás, acreditamos que a sociedade contemporânea oferece alternativas interessantes (e pouco exploradas) para o fortalecimento dos laços de “amor com o mundo.”¹⁹ O rompimento com a perspectiva de história moderna, em muito sentidos, nos retirou de um grande “estado de miopia”. Ou seja, naturalizamos uma maneira de se conceber a realidade que cerceia, inclusive, a possibilidade de olharmos para os nossos próprios pés. Se há um momento de crise, este é bem-vindo, pois são nesses momentos que repensamos nossos próprios atos.

Urge que os historiadores se atentem para essa nova experiência do tempo e formulem novas estratégias narrativas que estejam compassadas com a mesma, pois, como nos alerta Rüsen, uma escrita que não se articula com a experiência temporal não suscita “pregnância comunicativa”, ou seja, não proporciona interesse a seus leitores.²⁰ Quiçá esse o motivo, em muitos sentidos, para a narrativa histórica não ser eleita entre as favoritas do grande público - mas essa é uma questão para ser tratada mais detidamente em outro momento. Frisamos que a história da historiografia pode oferecer um estimulante incentivo para se refletir “o passado, o presente e o futuro de nossa disciplina e de nosso ofício, reconhecendo-o na condição humana: diversa, múltipla e limitada”.²¹ Além disso, ela mostra-se enquanto uma valiosa ferramenta capaz de capacitar o historiador nos enfrentamentos subjacentes ao hodierno estado de presentismo, pois o estudo da escrita da história pode ser um lugar privilegiado para compreendermos os aspectos constituintes do nosso ser-no-mundo, da nossa historicidade enquanto sujeitos imersos em uma determinada cultura.²² Pensar a história, e mesmo refletir outras formas de reescrevê-la, é um compromisso que implica uma possível tentativa de mudança em nosso estado presente, ou pelo menos, uma forma de apreender a pluralidade dos discursos que compõem os seres humanos.

Isso posto, passamos a inventariar as representações elaboradas sobre o tempo transcorrido efe-

¹²NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Trad. de Yara Aun Khory. *Projeto história*. São Paulo: PUC-SP, n° 10. 1993, p. 10.

¹³NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*, p. 10.

¹⁴NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*, p. 13.

¹⁵PROST, Antoine. Como a História faz o historiador. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n° 14, dezembro de 2000, p. 13.

¹⁶HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história: como escrever a história da França. Trad. de Eliane Cezar. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n° 7, julho de 1997, p. 8.

¹⁷HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Trad. de Francisco Murari Pires. *Revista de História*, n° 148, 2003, p. 28.

¹⁸HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo.

¹⁹Aqui a referência é explicitamente amparada nas reflexões de Hannah Arendt. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

²⁰RÜSEN, Jörn. *A razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, 2001.

²¹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 24.

²²HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

tuadas ao longo do século XIX brasileiro. Mais especificamente verificaremos como os historiadores da literatura as confeccionaram, lembrando, através da clássica tese de Manoel Luiz Salgado Guimarães, que a escrita da história produzida no oitocentos fez parte de um esforço maior de construção do Estado nacional.²³ No limite, perceberemos que a historiografia (no caso da literatura), como atesta Jean Marie Gagnebin, apresenta-se como “uma entre outras possíveis formas de as sociedades humanas produzirem uma relação com o tempo decorrido (...), um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado”.²⁴

Escrever a história da literatura, edificar a nação: a historiografia literária romântica

Ao longo da primeira metade do século XIX uma das premissas primordiais lançadas pelo romantismo foi a de que cada nação deveria se distinguir de acordo com seus atributos físico-geográficos e culturais.²⁵ No interior dessa demanda evidencia-se que a literatura funcionava como elemento de destaque para alcançar tais objetivos. De acordo com Rodrigo Turin, caberia tanto a história quanto a literatura desenhar um perfil para a jovem nação.²⁶ A partir do artigo *Estudos sobre a literatura* de João Manuel Pereira da Silva, percebe-se o amplo espectro cultural apreensível junto ao conceito de literatura no oitocentos e como tal concepção poderia servir enquanto eixo norteador para mensurar o grau de civilização e desenvolvimento de um determinado país. Nas palavras de Pereira da Silva:

(...) a litteratura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a inteligência humana seu poderio; é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, e a historia progressiva e circunstanciada do espírito humano com as suas superstições, crenças, e caracter próprio; é a apreciação da influencia dos elementos uns sobre os outros no espirito das diferentes epochas, é a Philosophia, a Historia, a Eloquencia e a Poesia.²⁷

Nesse artigo de Pereira da Silva, publicado em 1836 no segundo número da *Revista Nitheroy*²⁸, podemos dimensionar o papel da literatura enquanto *locus* privilegiado para comparação e contextualização das diferentes épocas da nação no tempo e que, a partir de então, poderiam ser ordenadas processualmente visando um *telos* harmonioso. Narrar a história da literatura tornava-se, portanto, componente fundamental para o processo de temporalização da experiência nacional, pois dotava a prática literária de um caráter eminentemente histórico. No limite, há certa primazia da literatura enquanto documento autorizado para a

representação da sociedade brasileira. Para Pereira da Silva, “a literatura é sempre a expressão da civilização: ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade e do individuo (...)”.²⁹ Além disso, “uma deliciosa e terna lembrança deixa após de si o povo que colloca sua principal glória em reinar sobre os espíritos pelas letras (...)”.³⁰

Em última instância, o que a historiografia literária se propunha a oferecer era uma cartografia do processo da formação histórica brasileira “pelos rastros literários, na medida em que tais rastros sintetizavam o ‘espírito’ da nacionalidade, sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*”.³¹ Caberia, portanto, aos estudos literários mostrar aos brasileiros o que era o Brasil ou, pelo menos, o que ele deveria ser. No interior das histórias literárias podemos observar as primeiras tentativas de sintetização da experiência histórica nacional.

Voltando a tratar os *Estudos sobre a Literatura* de Pereira da Silva, que nos serve enquanto amostra desse contexto literário, o intelectual constata que o

Brasil conta hoje bastantes litteratos profundos, porem elles tem-se tão somente contentado, (com algumas excepçoens) em estudar e saber, e não se tem querido designar escrever, e d'esta arte esforçar-se em elevar á sua verdadeira essência esta sciencia, aliás tão útil e proveitosa à todas as classes das sociedade, e que de algum modo está desprezada na nossa Patria, não percebendo nossos compatriotas a influencia que tem sobre a política, sciencia do dia, à que hoje no Brasil todo o mundo se dá, sem se importar si o paiz por isso soffre.³²

Nos *Estudos*, o objetivo primeiro não era o de elencar nomes ou analisar cada escritor em particular, mas sim estabelecer uma ordenação sucessiva das diferentes literaturas de todos os povos, remontando à antiguidade até o que chamava de “estado presente das letras”, no qual se teria alcançado a “civilização mais completa”. Dispostos em uma unívoca linha do tempo, as diversificadas modalidades letradas serviriam para dar provas do sentido irreversível dos “progressos do espírito humano”. A literatura brasileira, assim sendo, deveria acompanhar esses desdobramentos dignos das nações em franco estágio de desenvolvimento. Era a síntese do movimento que Pereira da Silva almejava deixar em relevo.

Hans Ulrich Gumbrecht atesta que para o perfeito entendimento de uma concepção de história da literatura, no transcorrer do século XIX, devemos nos atentar para um duplo viés: um deles vem a ser o “aparecimento do conceito moderno de ‘história’ (...)”. A outra condição para a gênese da

²³GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 1, 1988.

²⁴GAGNEBIN, Jean Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁵SOUZA, Roberto Acizelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

²⁶TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

²⁷SILVA, João Manoel Pereira da. *Estudos sobre a literatura. Nitheroy, revista brasiliense. Ciências, letras e artes*, nº II, 1836, (Edição fac-similar organizada por Plínio Doyle. São Paulo: Brasiliense, 1978) p. 215. Optamos por manter nas citações em português a grafia original das edições consultadas.

²⁸A *Revista Nitheroy* é considerada a responsável pela introdução dos valores estéticos e visão de mundo do romantismo no Brasil. Foi publicada em Paris no ano 1836.

²⁹SILVA, João Manoel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 214.

³⁰SILVA, João Manoel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 214.

³¹TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, p. 63-64.

³²SILVA, João Manoel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 217.

noção de 'história da literatura' é a formação de uma consciência concernente ao caráter especial da 'literatura' e da 'arte' como formas de prática que se afastaram do pragmatismo da vida diária (...).³³ Dessa maneira, Rodrigo Turin nos apresenta um esquema bastante ilustrativo e que nos orienta na percepção das condições de possibilidade para a emergência de uma historiografia literária no Brasil, ou seja, "para que haja historiografia literária, deve-se a) ter uma certa consciência histórica, b) uma determinada concepção de literatura, c) a qual possibilita pensá-la como documento, d) o que, enfim, leva à instituição de um arquivo, no caso, de um cânone".³⁴

Era imperioso efetuar, ainda, um trabalho crítico de organização, seleção, classificação e hierarquização, enfim, uma sistematização de toda a informação recolhida segundo uma ordem apropriada. Para essa empreitada, apelava-se para o apoio de uma série de "ciências auxiliares", como a filologia, a cronologia, a diplomática, a numismática, a etnografia entre outras. Cada um desses saberes se incumbiria de garantir a fidelidade, a veracidade e a pertinência do documento para a escrita da história literária.³⁵ Serão essas as premissas que guiaram a confecção dos nascentes estudos sobre a literatura brasileira.

As análises sobre a literatura nacional emergem, com vigor, paralelamente ao contexto de constituição do Estado nacional, no decorrer das décadas de 1830 e 1840.³⁶ Segundo Roberto Acízelo de Souza, "se a nação existe ou pretende existir, é necessário que disponha de uma literatura própria, cuja história, concebida como narrativa de sua fundação e destino, se concretiza em livros e como disciplina inscrita no currículo escolar".³⁷ Para Gumbrecht, a história da literatura durante o oitocentos poderia "assumir, em lugar da religião, o papel de propor uma cosmologia".³⁸

Nos estudos que Valdeci Lopes de Araujo efetuou sobre a experiência historiográfica brasileira da primeira metade do século XIX, momento esse da constituição de uma moderna consciência histórica, é dedicada especial atenção aos sentidos de historicidade que passaram a penetrar o conceito de literatura no Brasil oitocentista. Para Araujo, "as 'letras' eram um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político".³⁹ Novamente os estudos de Gumbrecht nos autorizam no entendimento do papel da literatura no interior de uma experiência do tempo moderna e que concomitantemente é o momento em torno da independência política frente a Portugal. Nas palavras do pesquisador alemão e que corroboram a assertiva de Araujo: "a relação entre a 'história da literatura' e a 'história' nunca chegou a ser um problema, e uma evolução 'independente' da história da literatura ainda não

era concebível".⁴⁰

Araujo destaca duas obras que são exemplares da demanda por uma literatura brasileira: o *Parnaso brasileiro* e o *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Januário da Cunha Barbosa e Domingos José Gonçalves de Magalhães, respectivamente. No *Parnaso*⁴¹ do cônego Cunha Barbosa a característica mais importante e que salta aos olhos é que a literatura brasileira seria aquela produzida por homens nascidos nos trópicos. Araujo realça que em nenhum momento o autor reivindicava aspirações quanto a uma literatura brasileira em moldes distintos daquela efetuada pelos portugueses. O *Parnaso* não trazia nenhum critério objetivo na reunião dos poemas, a não ser o fato de seus autores terem nascido no Brasil. Entretanto,

a aparente desordem em que os poemas são reunidos e publicados esconde a certeza de estarem já classificados enquanto pertencentes à literatura nacional do Brasil, e, em outro nível, avaliados e identificados pelo critério universal do gosto e pelos tipos de arte retórica. A existência de uma literatura nacional é tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe dão forma.⁴²

A experiência do tempo que permeava o *Parnaso* trazia consigo, segundo Araujo, um sentimento de restauração e, conseqüentemente, movimentos cíclicos do tempo. O *Parnaso*, portanto, não estava no mesmo compasso de uma plataforma temporal plenamente moderna, ou seja, uma história vista sob o prisma do futuro. Januário da Cunha Barbosa objetivou revelar, restaurar a literatura brasileira para a nação agora independente de Portugal. A literatura nacional brasileira sempre existiu e a tarefa que urgia realizar era retirá-la do limbo do esquecimento e da "vragem do tempo". O projeto do *Parnaso*, dentro dos ditames de Cunha Barbosa, seria mais condizente com o hodierno estado que as letras brasileiras viviam, dito de outra forma, a sua coleção seria um caminho mais viável do que uma história da literatura propriamente dita. Araujo constata que

a única operação requerida [ao *Parnaso*] era o estabelecimento de uma fronteira entre um momento passado de desordens e a nova ordem presente que se abria. 'O Parnaso Brasileiro' é, por isso, uma coleção de exemplos, e não uma narrativa histórica do desenvolvimento de uma literatura. A experiência do tempo preponderante é marcada pela idéia de fases ou ciclos que se esgotam.⁴³

Em texto introdutório ao seu *Parnaso*, intitulado *Ao Público*, Januário deixa clara sua intenção. Segundo o cônego,

empreendi esta coleção das melhores poesias

³³GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de Literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 224.

³⁴TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, 2005.

³⁵TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, 2005.

³⁶Outras obras já tematizavam a literatura brasileira no decorrer das décadas de 1810 e 1820, entretanto tais abordagens deslocavam a literatura produzida nos trópicos para o seio da história da literatura portuguesa. Vejamos alguns exemplos: *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* de Friedrich Bouterwek; *De la littérature du midi de l'Europe* (1813) do suíço Simonde de Sismondi; *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa, introdução da antologia Parnaso lusitano* (1826) de Almeida Garrett; *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resume de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) de Ferdinand Denis. Para um maior detalhamento das obras ver Roberto Acízelo de SOUZA. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

³⁷SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*, p. 14.

³⁸GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? p. 226.

³⁹ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 108.

⁴⁰GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? p. 224.

⁴¹O *Parnaso brasileiro*, ou *Coleção das melhores poesias dos poetas brasileiros, tanto inéditas, como já impressas* foi publicado entre 1829 e 1831. Constitui-se de dois tomos, cada um com quatro cadernos.

⁴²ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 108.

⁴³ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 112.

dos nossos poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido no mundo literário o gênio daqueles brasileiros que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das belas letras, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos.⁴⁴

Na *Introdução* o cônego continuou a elucidar seus objetivos de reunir “em uma só coleção, tantas poesias estimáveis, que o tempo vai já consumindo, com prejuízo da nossa glória literária”.⁴⁵ De acordo com a pena do futuro primeiro secretário do IHGB:

Verdade é que sobejos monumentos de divina poesia muito há adornavam os seus fastos literários, com os quais podiam correr a par das nações mais bem aquinhoadas neste gênero de glória; porém que montava nadasse ela em tantas e tão puras riquezas de amena literatura, se as muito bem acabadas produções dos seus melhores engenheiros jaziam nas trevas do esquecimento (...).⁴⁶

Já no *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Gonçalves de Magalhães, as perspectivas passavam a ser outras. Publicado no primeiro número da *Revista Niteroy*, esse estudo além enfatizar que a literatura brasileira era aquela realizada por brasileiros trazia em suas páginas a marca de uma experiência do tempo inteiramente moderna.

Mas antes de discutir o paradigmático texto de Magalhães, atentemo-nos para os dizeres de Joaquim Norberto de Sousa Silva. O artigo *Introdução sobre a literatura nacional* foi publicado cinco anos após o *Ensaio* de Magalhães e demonstrava nitidamente os anseios daquela sociedade brasileira (pelo menos de sua elite letrada) contemporânea aos anos do Período Regencial e Segundo Reinado. Para Joaquim Norberto,

(...) o século marcha, e com ele os povos; e a vós, a mocidade brasileira, cumpre marchar, que em vós reside a força, a constância, a inspiração e o amor, sem as quais falecem as mais sublimes empresas; vede que o edifício que se começa em um século não termina-se em outro, para orgulhoso erguer-se no porvir; trouxe pois a vossa pedra, que segundo seu valor e peso terei nela quinhão de glória, que será ela o vosso nome gravado nas páginas da eternidade; trabalhai sobretudo com fé e esperança, sem descansar nem desalentar, tanto mais elevado será o edifício que tendes de transmitir às gerações futuras, tanto mais o verão alçar-se ao longe, colocado no presente, coroado pelos raios do horizonte de um lado, contemplando o passado do outro, divisando o futuro (...).⁴⁷

Frente a esse quadro de euforia vejamos, para Magalhães, o papel da literatura na formação da

jovem nação independente. A passagem é por demais conhecida, mas extremamente proveitosa para acompanharmos a relação entre literatura e progresso nacional.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéas, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua intellegencia; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superficie da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a litteratura aos rigores do tempo para annunciar qual fôra o character e a importancia do povo, do qual é Ella o unico representante na posteridade.⁴⁸

E continua o autor dos *Suspiros poéticos e saudades*,

jamais uma nação poderá prever seu futuro, si não conhece o que Ella é comparativamente com o que Ella foi. Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar para um futuro mais brilhante (...). O que era ignorado, ou esquecido, romperá dest'arte o envoltório de trevas, e achará devido logar entre as cousas já conhecidas e estimadas.⁴⁹

Com a metáfora da cápsula do tempo Valdeci Lopes de Araujo consegue sintetizar a proposta de Magalhães: “como registro espiritual de tempo e local determinados, a literatura funciona como memória, como espécie de *cápsula do tempo* direcionada a posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração”.⁵⁰ Levando as últimas conseqüências, Gonçalves de Magalhães dotou a literatura de espessura histórica e pôde temporalizar a experiência brasileira. Citando novamente Araujo: “Pela primeira vez, no Brasil, uniam-se passado, presente e futuro em um projeto de nação entendido como o desenvolvimento progressivo de uma substância histórica”.⁵¹

A historiografia literária em meio a um “bando de idéias novas”

Esse recuo à historiografia literária romântica mostrou-se necessário para que pudéssemos vislumbrar os primeiros esforços por síntese efetuados no cenário intelectual brasileiro. Através dos estudos sobre a literatura nacional, que nas palavras de Antonio Candido apresentava-se como “fenômeno central da vida e do espírito”⁵², a trajetória do Brasil no tempo passou a ser interpretada, não apenas narrada em um sentido estritamente cronológico e político. Tendo como documento essencial os relatos literários, as histórias literárias ambicionaram rastrear as linhas mestras da for-

⁴⁴BARBOSA, Januário da Cunha. Ao Público. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 84.

⁴⁵BARBOSA, Januário da Cunha. Ao Público, p. 84.

⁴⁶BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 84.

⁴⁷BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 86.

⁴⁸SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução sobre a literatura nacional. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 207.

⁴⁹MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. Niteroy, revista brasileira. Ciências, letras e artes, p. 132.

⁵⁰MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. Niteroy, revista brasileira. Ciências, letras e artes, p. 145.

⁵¹ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 120.

⁵²ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 133.

⁵³CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 119.

mação social e cultural brasileira. Elas objetivaram, em última instância, elaborar um mapa capaz deixar em evidência a individualidade do país enquanto nação por meio do encadeamento dos fenômenos literários e intelectuais. “Tal como um termômetro consegue medir as variações do estado da atmosfera, a literatura capta em seu interior as transformações por que passa determinado povo, permanecendo como seu mais autêntico documento (...)”.⁵³ Era pela historicização da literatura que os caracteres intrínsecos do “Brasil profundo” poderiam vir à tona. Compreendida enquanto produto cultural no sentido que resultava da atividade intelectual humana, “a literatura não constituía um mero objeto criado pelo homem, mas um objeto cuja especificidade residiria na capacidade de encarnar as próprias projeções humanas, isto é, a literatura seria portadora legítima das significações não apenas individuais como coletivas”.⁵⁴

Isso posto e para que a situação descrita acima possa ser melhor esclarecida o nome de Sílvio Romero e sua obra *História da Literatura Brasileira* (1888) são extremamente relevantes. O conceito de literatura em Romero ainda trazia àquela mesma amplitude da geração predecessora, a romântica. A literatura para o polemista sergipano “tem a amplitude que lhes dão os escritores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: - a política, economia, arte, criações populares, sciencias... e não (...) sómente as intituladas *belas-letras*, que cifrava-se quase exclusivamente na poesia!...”⁵⁵ Parece que o projeto intelectual dos românticos ecoa na obra de Sílvio Romero, pelo menos no que tange a essa compreensão alargada de literatura. Portanto, também em Romero, a história da literatura seria o espaço por excelência para a interpretação do Brasil. Através da mesma seria possível encontrar a síntese do movimento que resultou na formação do nosso povo. Romero deixa claro, logo no início de seu livro, que

um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar a história philosophica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso, que elle possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuaram a determinar a formação do gênio, do espirito, do caracter do povo brasileiro.⁵⁶

Não nos deteremos nas especificidades da operação historiográfica efetuada por Sílvio Romero, entretanto a constatação daquilo que Mônica Velloso denomina como tradição documental da história da literatura brasileira merece destaque. De acordo com Velloso, a literatura seria o *espelho da nação*. “A Literatura se transforma, então, num inventário da realidade (...). Está feita a

associação: literatura = representação do real = documento ou inventário. A partir daí, é possível conceituar a literatura como o canal adequado para a captura do real (entendido como mera objetividade)”.⁵⁷ Portanto, a produção literária apresentava-se enquanto uma instância portadora da capacidade de “dar a ver” o universo social em sua integralidade.

Tanto Romero, quanto os românticos procuraram, ao realizar estudos sobre a literatura nacional brasileira, interpretar os caracteres políticos, sociais e culturais do jovem país independente. Grosso modo, os primeiros esforços de síntese interpretativa foram oferecidos pelas histórias literárias românticas e, posteriormente, houve uma maior sofisticação na *História da Literatura* de Romero. Vale lembrar que o estudioso já mobilizava em suas análises literárias o instrumental teórico-metodológico das novas ciências sociais, sobretudo, aquelas de veia evolucionista. “A tarefa do historiador que Romero assumiu para si era, pois, desvelar um sentido próprio para a literatura nacional e, com isso, organizar uma temporalidade própria para as letras brasileiras”.⁵⁸ Segundo o conhecido estudo promovido por Antonio Candido acerca da produção romeriana:

a sua longa e constante operação foi, com efeito, elaborar uma história literária que exprimisse a imagem da inteligência nacional na seqüência do tempo – projeto quase coletivo que apenas Sílvio Romero pôde realizar satisfatoriamente, mas para o qual trabalharam gerações de críticos, eruditos, professores, reunindo textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua História da Literatura Brasileira, no decênio de 80.59

João Capistrano de Abreu foi outro importante intelectual que se preocupou em compreender a sociedade brasileira através de sua produção literária. No ano de 1875, o jornal *O Globo* trouxe em suas páginas algumas conferências (*A literatura brasileira contemporânea*) proferidas pelo ainda jovem aspirante ao reconhecimento enquanto homem de letras. As palavras de Capistrano são sintomáticas no que concerne ao entendimento do estatuto que os estudos sobre a literatura possuíam em nosso sistema intelectual do último quartel do século XIX. Afirmava o autor de *Capítulos de História Colonial*: “Essas poucas palavras – expressão da sociedade - dizem muito quando aplicadas à literatura”.⁶⁰ Prosseguindo na perquirição de seu argumento, verificamos que o historiador cearense também lançou mão do arcabouço advindo das novas ciências sociais, assim como Sílvio Romero fez anos depois, e o aplicava em suas pesquisas.

Com efeito, [as palavras *expressão da sociedade*] não significam somente que a literatura é um fato

⁵³NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 318.

⁵⁴BOTELHO, André. *Letras em busca da nação: impasses de uma história literária modernista*. *Trapézio*, Campinas. Vol. 3, 2003, p. 42.

⁵⁵ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, 1902, p. 102.

⁵⁶ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*, p. 6.

⁵⁷VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 2, 1988, p. 241.

⁵⁸NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, p. 318.

⁵⁹CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 2º vol. (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 311-312.

⁶⁰ABREU, João Capistrano de. *A literatura brasileira contemporânea*. In: *Ensaio e Estudos* (Crítica e História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 37.

social, que há estreita relação entre o elemento social e o elemento literário; que a evolução, ou a dissolução deste traduzem a evolução, ou dissolução daquele. Têm significação mais profunda e elevada: implicam a regularidade dos fenômenos sociológicos, a possibilidade de seus estudos científicos.⁶¹

A relação estreita entre literatura e sociedade mostrava-se patente na abordagem capistraniana. É necessário ressaltar que por mais que a lente analítica tenha se transformado, dito de outro modo, por mais que certo “cientificismo” tivesse se tornado paradigmático no ambiente letrado dos trópicos os relatos literários permaneciam como fonte privilegiada para a efetivação do rastreamento da experiência histórica nacional. Novamente Capistrano fornece as pistas para a confirmação das atestações até aqui tecidas: “A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a natureza”.⁶² Dessa forma, somente o conhecimento adquirido junto aos novos saberes proporcionaria ao investigador as condições favoráveis para que tal tipo de estudo fosse realizado de maneira satisfatória, ou seja, que alcançasse a essência da nacionalidade por meio do documento literário. Dito isso, o estudioso realiza um elogio explícito e veemente ao “bando de idéias novas” (expressão imortalizada por Sílvio Romero) que desembarcava no Brasil nos decênios de 1870 e 1880: a “crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais; a esperança de descobrir estas leis, - eis o que me anima e guia”.⁶³ Em resumo, por meio da produção literária nacional, passível de temporalização, as leis que governaram a evolução histórica brasileira poderiam ser apreendidas.

As últimas décadas do século XIX trouxeram consigo uma grande particularidade para o âmbito da intelectualidade: campos de conhecimento permeáveis. Maria da Glória de Oliveira sugere que, durante “o terço final do oitocentos, a profusão de obras de temáticas simultaneamente literárias, históricas e etnográficas sinalizavam um momento de incipientes delimitações disciplinares (...)”.⁶⁴ Ou como salienta Rodrigo Turin: “crítica, literatura e história mantiveram-se, portanto, sintomaticamente próximas, compartilhando a tarefa de delimitar os valores da nacionalidade”. Tais asserções são verificáveis em um longo desabafo do sábio de Lagartos:

E, em se tratando de ciências e disciplinas que se ocupam das criações humanas, cresce o ponto de luta e a desordem aparece sempre. Ainda agora, L. Ward, Giddings, Nivicow, Gumplowicz, R. Worms, Bouglé, Durkheim escreveram volumes inteiros para delimitar e

definir o que seja sociologia.

Sobre a moral nem é preciso insistir. Levy-Brühl demonstrou num livro excelente que em seu domínio a confusão chega a ser irritante: nem ao menos se tem conseguido geralmente firmar a distinção entre *atos morais* e a *ciência moral*, entre esta e *arte prática* que possa dela advir (...). Ainda agora, não se faz a distinção precisa entre os fatos morais (agentes e impulsos da conduta humana no meio das múltiplas relações sociais) e o conhecimento empírico desses fenômenos. Nem entre este conhecimento empírico primitivo e popular e as regras ou normas também empíricas de conduta que daí se originaram. Nem tampouco entre os aludidos fatos e a ciência positiva deles. Nem, finalmente, entre esse saber científico e as aplicações práticas que dele se possam tirar para a conduta normal dos homens (...).

Pois bem: em crítica, o espetáculo é ainda mais esquisito, para não dizer – deprimente (itálico do autor).⁶⁵

O documento literário, como já foi exposto, ainda continuava a ser proeminente nos estudos de teor social no Brasil. Todavia, as variadas possibilidades de abordagem desse (através das lentes evolucionistas, positivistas ou naturalistas) e de outros assuntos impulsionaram um importante rearranjo entre as esferas de saber. Para Fernando Nicolazzi, a ascensão das ciências sociais no Brasil acarretou uma significativa e gradual mudança de perspectiva. Através do ensaísmo e da mobilização cada vez maior das insurgentes leituras de caráter sociológico, as abordagens literárias deixaram de ser a forma por excelência de interpretação da vida sócio-cultural brasileira. Para os ensaístas, a literatura enquanto documento não se apresentava como única fonte possível para se averiguar a dinâmica da sociedade no correr dos tempos. Segundo Nicolazzi, “pode-se considerar que, no afã de compreensão intelectual do Brasil e da elaboração de uma interpretação social do processo formativo, o ensaio histórico, em certa medida, se liberta das amarras da literatura, senão da forma ao menos da documentação exclusivamente literária”.⁶⁶ Portanto, a tradição do ensaísmo histórico brasileiro encontra condições de possibilidade para sua emergência em um momento onde as fronteiras disciplinares estão em um paulatino processo de redefinição e mesmo diferenciação. No limite, por mais que tal movimento ainda seja um tanto incipiente, estudos literários e ciências sociais (ainda não institucionalizadas) procuraram delimitar seus problemas e objetos de maneira mais precisa.

Daqui por diante, já no crepúsculo do Império, será o ensaísmo que passará a oferecer a síntese do movimento histórico e não será apenas pelo espectro literário. Além disso, tal gênero historiográfico procurará ordenar as fronteiras disciplinares, inclu-

⁶¹ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, p. 37.

⁶²ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, p. 37.

⁶³ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, p. 37.

⁶⁴OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 17.

⁶⁵ROMERO, Sílvio. Da crítica e sua exata definição. In: BARRETO, Luis Antonio (org.). *Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

⁶⁶NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado, p. 320.

sive, hierarquizando-as. “Nesse sentido, a compartimentação disciplinar ocorrida no século XX, definindo com contornos mais rígidos os limites dos espaços de saber, foi realizada em seguida a uma rearticulação importante dos campos das ciências sociais em relação à esfera literária”.⁶⁷ Os estudos sobre a literatura, por sua vez, tenderam a se ocupar de exames mais preocupados com a averiguação da dimensão estética dos relatos literários. Na Primeira República a historiografia literária ocupou-se sobremaneira, e a obra *História da Literatura Brasileira* (1916) de José Veríssimo é significativa nesse sentido, em mostrar aquilo que Machado de Assis reivindicava décadas antes⁶⁸, ou seja, uma literatura brasileira menos apegada à representação político-social, mais autônoma para trilhar os caminhos da apreensão do belo. O crítico paraense defendia que

Literatura é arte literaria. Sómente o escrito com o proposito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinonimo de boas ou belas letras, conforme a velha noção clássica.⁶⁹

Podemos constatar, com a passagem acima, que os estudos literários ganharam contornos mais circunscritos com a *História* de José Veríssimo. Não há ali a intenção de vincular literatura e sociedade de forma direta e indissociável. O que mais salta aos olhos, e que realmente nos interessa por agora, é o fato do fenômeno literário deixar de ser o eixo norteador e a expressão única para a definição e representação do nacional. Em estudo anterior, Veríssimo apontava que a literatura tinha por objetivo “comover” o leitor. “É a faculdade de provocar emoções que dá a um livro interesse e consequentemente condição literária”.⁷⁰ Machado de Assis, em pequeno artigo intitulado *Instinto de nacionalidade* (1873), já assinalava para o mesmo caminho. Para o bruxo, a literatura brasileira necessitava se desvencilhar de seu caráter pragmático e se emancipar definitivamente, mesmo que pra isso muitos esforços fossem necessários. A passagem é longa, entretanto de vital importância para que acompanhem essa transformação na idéia de literatura no Brasil:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são

assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.⁷¹

Como anunciou o futuro presidente da Academia Brasileira de Letras, a literatura brasileira não abandonou tão cedo sua missão enquanto mensageira da representação da realidade nacional. Talvez apenas com os estudos de Veríssimo, já em pleno século XX, há de fato uma transformação mais efetiva no conceito de literatura, onde a dimensão pragmática fosse realmente deixada em um segundo plano frente às preocupações estéticas. Por outro lado, o ensaísmo histórico ganhava destaque por efetuar diagnósticos que almejaram interpretar o Brasil por diferentes ângulos e enfoques. Em suma, na captura do processo formativo brasileiro a documentação literária não será, a partir de agora, o único veículo possível e, além disso, tal mudança de perspectiva trouxe consigo, de certa maneira, a amenização do “veto ao ficcional” que acompanhava a trajetória literária brasileira desde seus primórdios.⁷²

⁶⁷NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, p. 315.

⁶⁸Refiro-me ao conhecido texto *Instinto de nacionalidade*. ASSIS, Machado de. *Crônicas, crítica, poesia, teatro*. São Paulo: Cultrix, 1967.

⁶⁹VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Cia, 1916, p. 13.

⁷⁰VERÍSSIMO, José. *O que é literatura?* In: *O que é literatura?* e outros escritos. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 31.

⁷¹ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade*. Crônicas, crítica, poesia, teatro. São Paulo: Cultrix, 1967.

⁷²Com relação ao “veto ao ficcional” no interior da tradição literária brasileira ver LIMA, Luiz Costa. *Controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Forense Universitária, 1989.